

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 09/03/2017

- [Crianças para adoção ficam boa parte da vida à espera do lar que não vai chegar](#)
- [AP - Programa Criança Feliz é lançado no Amapá](#)
- [Sala de depoimento especial atende crianças de Roraima](#)

**Assunto: Crianças para adoção ficam boa parte da vida à espera do lar que não vai chegar**

**Fonte: Portal Andi**

**Data: 09/03/2017**



Há cinco famílias habilitadas para cada criança cadastrada para adoção no DF. Em um mundo ideal, nenhuma delas precisaria ficar por anos em instituições de acolhimento. A realidade, todavia, está longe disso. Mais de 80% dos que esperam por um lar têm mais de seis anos. Quanto mais velhos, mais remotas as chances de criarem laços parentais antes da vida adulta. É o que o **JBr.** mostra hoje, na segunda reportagem de série sobre adoção.

Segundo dados do Cadastro de Adoção levantados pela Vara da Infância e da Juventude (VIJ), 93 jovens entre seis e 18 anos estão na fila – apenas quatro têm menos de três anos. Eles são 84% do total de 110, e têm grande possibilidade de chegar à maioridade em orfanatos. A situação pode piorar se há irmãos ou diagnóstico de doenças. Segundo a Justiça, a maioria dos pais só está disposta a receber filhos saudáveis ou com problemas leves de saúde, e aceita apenas um.

Ana (nome fictício) tem 17 anos e carrega no colo a primeira filha, de um mês. Ambas moram na Casa Transitória de Brasília, em Taguatinga. Ali, dos 20 acolhidos, 12 aguardam adoção. Ana chegou com dois irmãos em 2008. Faltavam cuidados dos pais e não havia quem se responsabilizasse por eles. Um irmão foi morar com uma tia, e o segundo cresce em outra instituição.

A menina, desconfiada, não gosta de falar do passado. Diz que chora ao se lembrar e resume o sentimento à falta de carinho. Ela cresceu no casarão de quatro andares, quartos com beliches, desenhos nas paredes e nos guarda-roupas e banheiros compartilhados. Prestes a completar 18 anos, deve morar com o pai da criança.

“Me lembro das pessoas que chegaram, que nos deixaram. Eu mesma não queria ser adotada. Não queria outra família, acho melhor ficar aqui, onde já conhecia todo mundo. Me apegar a outros seria difícil... Mas também não queria voltar para a minha família”.

Ana hesita em falar do futuro. “Qualquer coisa para mim está boa, quero é ganhar dinheiro. Vou trabalhar, estudar, criar uma família. Não sei”, assumiu. Ela não fala com a mãe, de quem sente mágoa.

As tentativas de manter o laço familiar são esgotadas antes do cadastro para adoção. Às instituições de acolhimento são encaminhados por decisão judicial vítimas abandono, negligência e, especialmente, abuso e exploração.

Coordenadora do Lar São José (Ceilândia), Ana Lúcia diz que seis anos de idade costuma ser o limite para adoção, além da preferência por brancos. “Não é o perfil que temos. Em geral são grupos de irmãos acima de dez anos”, explica. Assistente social da Casa Transitória, Natália Alves lamenta: “O sistema é cruel e o adolescente sai adulto”.

Nas instituições, a construção da autonomia é prioridade. São ofertados cursos, por exemplo. Sem elo familiar, há casos de envolvimento com criminalidade.

### **Vítimas de abusos e de agressões**

O jeito descontraído e bem-humorado de Maria (nome fictício) contagia. Aos 17 anos, diz que seu modo em nada lembra a menina de um ano atrás, quando chegou ao Lar São José, em Ceilândia. Ela mesma pediu para ir, após ser assediada e quase abusada pelo padrasto, e ter conflitos com a madrasta. Isso depois de mudar-se da casa da mãe, que, dependente financeiramente, preferiu ficar com o marido. “Eu sempre tive medo de me adaptar, mas tinha ainda mais medo de voltar para casa”, revela.

Quando mostrou à mãe o vídeo que provava a tentativa de estupro, a mulher a teria agarrado pelos cabelos e a jogado na rua. “Tenho essa marca (no braço), que já me fez chorar muito. Ela rasgou minha pele com unhas enormes... Hoje vejo como experiência”, recorda.

Maria divide uma das cinco casas da vila com oito acolhidos. Dos 67 que vivem ali, apenas cinco estão cadastrados para adoção. Maria nunca quis. Nem voltar para casa. “Vivo melhor aqui”, justifica.

O que ela almeja é independência. Focada no futuro como intérprete e tradutora, estuda cinco idiomas e planeja aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras). “Quero viver a minha vida sem depender de ninguém”, resume.

Acolhido desde bebê com dois irmãos – um gêmeo e um mais novo -, um jovem completou 18 anos na instituição. De início, o motivo era o envolvimento do pai com drogas. Eles chegaram a sair da primeira entidade e, aos dois anos, apanhavam da mulher que os criava. De volta ao acolhimento, aos dez anos, tiveram uma família interessada, canadense. Não deu certo.

O rapaz nunca mais viu a mãe. Reencontrou o pai uma vez, há dois anos. O irmão gêmeo já mora sozinho e o mais novo segue acolhido.

<b>Assunto: AP - Programa Criança Feliz é lançado no Amapá</b>
<b>Fonte: Portal Andi</b>
<b>Data: 09/03/2017</b>



O programa Criança Feliz começou a ser implantado no Amapá nesta segunda-feira (6). O lançamento ocorreu na capital do estado, Macapá, e já conta com a adesão das prefeituras de Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Cutias. No mês de abril, os demais municípios do estado terão uma nova oportunidade de adesão.

Após a assinatura das adesões no Amapá, o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, fez uma apresentação sobre a importância dos cuidados com a primeira infância. Segundo ele, o Criança Feliz tem condições de transformar a realidade de milhões de brasileiros.

O programa garante a transferência de recursos pelo governo federal e a formação dos profissionais que serão responsáveis pelas visitas domiciliares. Durante todo o mês de março, o ministro visitará as capitais brasileiras para oficializar a adesão dos governos estaduais e municipais ao programa, que tem foco no desenvolvimento infantil integral.

“A criança vai ter mais facilidade de aprender na escola, ou menos, conforme o estímulo que ela tiver nos primeiros mil dias de vida. Nós vamos acompanhar estas crianças em casa, toda semana, orientando, apoiando a família a estimulá-las da melhor maneira possível pra que elas tenham a possibilidade de serem estudantes aplicados e depois indivíduos com boa profissão, uma boa renda, ajudando a família a superar a pobreza”, explicou Terra.

### **Criança Feliz**

O programa terá como ponto central a visita domiciliar. Técnicos capacitados irão até as casas das famílias para mostrar aos pais a maneira correta de estimular o desenvolvimento dos filhos nos primeiros mil dias de vida.

É nesse período que o cérebro se estrutura e que a maior parte das competências fundamentais para o ser humano se desenvolvem. Serão acompanhadas as crianças beneficiárias do Bolsa Família e aquelas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Em todo o País, 2.529 municípios já aderiram ao Criança Feliz, que é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

**Assunto: Sala de depoimento especial atende crianças de Roraima**

**Fonte: CNJ**

**Data: 09/03/2017**



A juíza da comarca de Alto Alegre (RR), Sissi Schwantes, realizou no último dia 22, audiência no Fórum Criminal Ministro Evandro Lins e Silva, usando a sala de depoimento especial. Participaram da audiência, além da magistrada, o promotor de Justiça Igor Naves e o defensor público Vanderlei Oliveira. Durante a oitiva, foram ouvidas quatro crianças pelo método “sem dano.”



**Em uma só sessão, quatro vítimas foram ouvidas. Espaço adaptado é recomendado pelo CNJ**

A “Sala de Depoimento Especial” é uma metodologia aplicada para ouvir crianças e adolescentes que foram vítimas ou testemunhas de violência sexual. A proposta é uma escuta protegida, qualificada e não revitimizante. O depoimento especial, além de garantir um espaço físico mais amigável, representa nova postura da autoridade judiciária, que complementa a sua função com a participação de uma equipe multiprofissional.

A pedagoga Vera Mendes, profissional especializada em técnica de entrevista forense, foi a responsável por conduzir a entrevista com as crianças durante a realização da audiência.

De acordo com a juíza Sissi Schwantes, a sala de depoimento especial “é de suma importância, tendo em vista que as crianças vítimas desses abusos já passam pelo trauma da violência em si, e ainda relatam os fatos na delegacia, causando ainda mais sofrimento. Já na audiência realizada na Sala de Depoimento sem Dano, com a entrevistadora forense, o impacto às vítimas é reduzido, uma vez que as oitivas ocorrem de forma muito menos desgastante. As perguntas feitas pela juíza, promotor e defensor são reformuladas por meio de profissionais capacitados e num ambiente muito mais agradável para as vítimas”, afirmou.

Conforme a juíza, em breve, os atendimentos de crimes de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes serão realizados na própria comarca do município de Alto Alegre. “A sala de depoimento especial já está quase pronta, faltando poucos ajustes para ser utilizada”, concluiu.